

TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 8

SESSÃO ORDINÁRIA
22 DE DEZEMBRO DE
2014

APROVADA POR MAIORIA, COM 22 VOTOS A FAVOR E 1 ABSTENÇÃO.
NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22/06/2015.

-----Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e catorze reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, pelas **09h40 horas**, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:-----

◆ **TOMADA DE POSSE DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA.** -----

1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

1.1 APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2014; -----

1.2 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA; -----

1.3 ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO. -----

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO 1 – APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 2 – RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO- 2.º SEMESTRE DE 2014; -----

PONTO 3 – RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO - 1.º SEMESTRE DE 2014; -----

PONTO 4 – XII MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO ANO 2014 - 3.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; -----

PONTO 5 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2015- GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2015 E MAPA DE PESSOAL PARA 2015;-----

PONTO 6 – ACORDOS DE EXECUÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E AS JUNTAS DE FREGUESIA DE CARVIÇAIS, CASTEDO, LOUSA, MÓS E A JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE URROS E PEREDO DOS CASTELHANOS; -----

PONTO 7 – PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO DO PROJETO DO PARQUE EÓLICO DE TORRE DE MONCORVO; -----

PONTO 8 – REGULAMENTO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO; -----

PONTO 9 – REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE; -----

PONTO 10 – REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA; -----

PONTO 11 – REGULAMENTO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS; -----

PONTO 12 – REGULAMENTO DE SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS; -----

PONTO 13 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA;---

PONTO 14 – PROPOSTA DE SUSPENSÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS; -----

4
A

PONTO 15 – DESIGNAÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CADA PARTIDO COM REPRESENTAÇÃO NA MESMA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE;-----

PONTO 16 – INDICAÇÃO OU RENOVAÇÃO DE MANDATO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRE DE MONCORVO;-----

PONTO 17 – PETIÇÃO SOBRE A RESTRUTURAÇÃO DO FERIADO NACIONAL DO 1.º DE DEZEMBRO;-----

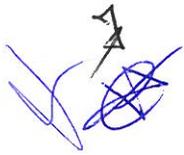
PONTO 18 – SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DO NORTE DE PORTUGAL;-----

3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----A sessão foi presidida pelo senhor **José Mário Leite**, Presidente da Assembleia Municipal, e secretariada pelos deputados **Cristina Alexandra Pantaleão Trindade**, primeira secretária e por **João Augusto Leal Leonardo**, segundo secretário. -----

-----Feita a chamada, para além dos membros que compõem a Mesa, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

Força Política	Membros	
Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP	ANTÓNIO JOSÉ FÉLIX SALGADO	
	LUÍS JOÃO FERNANDES DIAS	
	MARIA CECÍLIA MAÇORANO SARAIVA PINTO	
	MANUEL CARLOS PRADO	
	LUÍS MIGUEL MENESES MACEDO	
	PEDRO MANUEL FERREIRA PEREIRA	Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Boa
	FRANCISCO ANTÓNIO ROQUE BRAZ	Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais
	MÁRIO DIOGO PINHEIRO MIRANDA	Presidente da Junta de Freguesia de Horta da Vilarça
	ANTÓNIO MANUEL MARTINS	Presidente da Junta de Freguesia de Lousa
	JOSÉ CARLOS DE SÁ MENESES	Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo
	ADRIANO LUÍS MENDES MARTINS	Presidente da Junta da União de Freguesias de Felgueiras e Maçores
Partido Socialista	ANTÓNIO ALVES SALEMA	
	ANTÓNIO MANUEL LOPES	
	LUÍS RICARDO REBOUTA MACEDO DA SILVA FERREIRA	
	ANTÓNIO JÚLIO ANDRADE	
	ADEMAR AUGUSTO RODRIGUES ALVES	
	JOSÉ CARLOS CORDEIRO	Presidente da Junta de Freguesia de Açoreira
	ANTÓNIO JÚLIO SÁ ANDRADE	Presidente da Junta de Freguesia de Larinho
	LUIZ MARCELINO LOPES	Presidente da Junta de Freguesia de Mós
JOSÉ MANUEL MOREIRAS	Presidente da Junta da União de Freguesias de Adeganha e Cardanha	



	ANTÓNIO MANUEL DE CASTRO GONÇALVES	Presidente da Junta da União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha
	AFONSO HENRIQUE ALAGOA	Presidente da Junta da União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos

-----Encontravam-se presentes **vinte e cinco** membros dos vinte e oito que compõem esta Assembleia Municipal, verificando-se a falta das seguintes deputadas: -----

- Presidente da Junta de Freguesia de Castedo, Luísa Maria Pinto Ferreira (PS), que justificou a falta dentro do prazo legal e não foi substituída; e -----
- Maria Vitória Andrade Lázaro (PS), que não foi substituída; e-----
- Magali Isabel Sebastião Amador (PS), que não foi substituída.-----

-----Por parte da **CÂMARA MUNICIPAL** estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira, e a senhora Vereadora Maria da Piedade Leonardo Teixeira Calheiros e Meneses. -----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, encontrava-se o Assistente Técnico Favorino José Bastos de Carvalho. -----

-----Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas. -----

-----TOMADA DE POSSE DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA. -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Minhas senhoras e meus senhores vamos dar posse ao Conselho Municipal de Segurança.-----

-----Nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, e verificada a idoneidade de cada um dos membros, a Mesa da Assembleia, na pessoa do seu Presidente, conferiu a respetiva posse, chamando-os individualmente a assinar o respetivo auto e cuja composição é a seguinte:-----

- **Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves**, Presidente da Câmara Municipal.-----
- **José Mário Leite**, Presidente da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo.-----
- **José Carlos Sá Meneses**, Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo.-----
- **Adriano Luís Mendes Martins**, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias Felgueiras Maçores.-----
- **Francisco António Roque Braz**, Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais.-----
- **Mário Diogo Pinheiro Miranda**, Presidente da Junta de Freguesia da Horta da Vilariga.-----
- **Pedro Miguel Ferreira Pereira**, Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Boa.-----



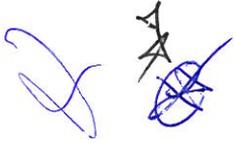
- **Vítor Manuel Gomes Romualdo**, Comandante do Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana.-----
- **Manuel Fernandes Almeida**, Comandante do Serviço Municipal de Proteção Civil.-----
- **Firmino Santos Lopes**, 2.º Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários.-----
- **Fernando Manuel Gil**, Representante da Santa Casa da Misericórdia De Torre de Moncorvo.-----
- **Luís Marcelino Lopes**, Representante das restantes IPSS's do concelho de Torre de Moncorvo.-----
- **António José Félix Salgado**, Representante do Centro de Saúde.-----
- **João Carlos Pontes Barros**, Representante das Associações de Lavoura.-----
- **Adriano Reis**, Representante da (GCTP) Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses.-----
- Cidadãos de reconhecida idoneidade:
 - Luís João Fernandes Dias;-----
 - Luís Miguel Meneses Macedo;-----
 - António José Félix Salgado;-----
 - António Alberto Areosa;-----
 - Manuel Carlos Prado;-----
 - Maria Helena Pereira de Sousa Bernardino;-----
 - António Manuel Martins.-----

A Representante do Ministério Público, a Procuradora – Adjunta, Dr.ª Catarina Machado, justificou a sua ausência.-----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Alves Salema** (PS) e **António José Félix Salgado** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**Sr. Presidente de Mesa**: Dando início à sessão vou referir que eu tenho um ponto prévio a colocar à Assembleia Municipal, enquanto Presidente da Assembleia, no pressuposto que não somos senhores de verdade e se as coisas funcionam bem não há razão para as mudar. De qualquer forma, ao longo deste ano de assembleia, já por duas o Executivo esteve presente no Período Antes da Ordem do Dia. Por outro lado, numa das primeiras Assembleias, foi necessário mudar a redação de um ponto para permitir que fossem colocadas perguntas e



questões ao Executivo. Não vejo no Regulamento nada que impeça que a Câmara esteja presente logo no Período Antes da Ordem do Dia. Pelo contrário, no seu art.24.º no número 1 é dito que “ A palavra é concedida ao Sr. Presidente da Câmara ou ao seu substituto legal, no Período Antes Da Ordem do Dia para prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados”. Deduzi daqui que seria lógico que o Executivo estivesse presente sempre a partir do Período Antes da Ordem do Dia se assim entendesse. Não queria tomar esta decisão só por mim e sem colocar à consideração dos senhores Deputados. Pergunto se alguém se opõe a que esta, seja a regra a partir de agora em que o Executivo esteja presente logo no Período Antes da Ordem do Dia, a ouvir o que os Deputados têm a dizer sobre a atividade do município.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Sr. Deputado António Alves Salema.-----

-----**Sr. Deputado António Alves Salema:** “Penso que o Executivo deveria estar presente uma vez que pode haver perguntas que diretamente tenham a ver com o Executivo.”-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Sr. Deputado António José Félix Salgado.-----

-----**Sr. Deputado António José Félix Salgado:** Cumprimentos os presentes e disse: “*Sobre esta situação eu sou totalmente a favor e já digo isto desde início. Para evitar discussões destas, acho que o Executivo deve estar presente.*”-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Mais ninguém quer intervir? Gostaria de em meu nome e em nome de alguns deputados dizer que o sistema de som na reunião de Assembleia realizada na Lousa esteve com muito ruído e o som está igual. Acho que era importante, reparar ou substituir o atual sistema de som.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** cumprimentou os presentes. Informou que o Sr. Favorino será a última vez que estará a apoiar a Assembleia Municipal, uma vez que, após 2 anos de espera, já foi aposentado. Em nome da Câmara queria agradecer-lhe a colaboração prestada e a Assembleia deve fazer o mesmo.-----

-----**Sr. Deputado António José Félix Salgado:** Propôs, em conjunto, uma moção de apoio ao Sr. Favorino, depois de tantos anos de trabalho.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Portanto eu vou colocar à Assembleia uma moção de louvor ao trabalho feito pelo Sr. Favorino ao longo de todos estes anos. Quantos Sr. Favorino? 25 anos de trabalho na Câmara e na Assembleia desde 2001, votos de sucesso e felicidades.-----

-----**Sr. Favorino:** Muito Obrigado a todos.-----

-----Passou-se de imediato à discussão e votação dos assuntos da ordem de trabalhos. -----

----- **1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

1.1 Ata n.º 7/2014 da Sessão Ordinária realizada em 29 de Setembro de 2014.

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Temos apreciação e votação da sessão ordinária realizada em 29 de setembro de 2014. Esta Ata tem uma característica sui generis é que desapareceram, não estando presentes as declarações e é lamentável porque é um momento histórico que gostaria que ficasse registado. Dever-se-á a problemas técnicos, pelo que gostaria de pedir a colaboração dos Senhores Deputados, que se de alguma forma puderem ou tiverem de forma



escrita, por e-mail, ajudando a parte técnica a recuperar a informação agradecida. Da minha parte vou fazer exatamente o mesmo, porque eu acho que era importante condicionar a aprovação dessa ata se assim se entender ou adiar para a próxima reunião numa tentativa de recuperar algumas intervenções.-----

-----**Sr. Favorino:** Explicou que é impossível ouvir a gravação e, como tal, transcrever as intervenções.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Gostaria de perguntar aos senhores Deputados se acham que devíamos aprovar a ata condicionalmente....-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Sugeriu o adiamento da sua aprovação. E fazer, mais uma tentativa para eliminar o ruído de fundo.-----

-----**Sr. Favorino:** Eu não sou técnico.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Isso resolve-se.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Então eu peço à Câmara Municipal que mande fazer CD'S e enviar pelo menos às pessoas que intervieram, para cada um poder verificar as suas intervenções.

-----**DELIBERAÇÃO: Adiada para a próxima reunião.**-----

1.2 Informação da Correspondência.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Manuel Lopes** (PS), **Francisco António Roque Braz** (Coligação PSD/CDS), Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais; **António Júlio Sá Andrade** (PS) Presidente da Junta de Freguesia do Larinho.-----

-----O Presidente da Mesa deu a conhecer a correspondência recebida entre a última sessão da Assembleia Municipal e a presente, registada sob os números 62 a 69, inclusive, da qual se elaborou um resumo da mesma distribuído antecipadamente a todos os deputados, informando que a mesma ficaria à disposição de quem pretendesse consultá-la, da qual constavam: -----

- ✓ Da Presidente da Junta de Freguesia de Castedo – Justificação da falta;-----
- ✓ Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Administração Local – Apoio ao projeto de Lei n.º 368/XII «Proteção dos direitos Individuais e comuns à água»;-----
- ✓ Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo – Informa de que a Câmara Municipal em reunião realizada no dia 3 de outubro do ano em curso, tomou conhecimento das deliberações tomadas na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2014;-----
- ✓ Grupo Parlamentar " Os Verdes" – Envia para conhecimento da Assembleia, as perguntas dirigidas ao Ministério da Educação e Ciência e ao Ministério da Solidariedade;-----
- ✓ Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo – Envia as propostas das Grandes Opções o Plano Orçamento para o ano económico de 2015;-----

- ✓ Associação Nacional de Municípios Portugueses – Convite para o seminário sobre Poder Local e o Setor Solidário;-----
- ✓ Presidente da CPCJ de Torre de Moncorvo – Substituição / Renovação de mandato de representantes indicados pela Assembleia Municipal para a Comissão Alargada da CPCJ;-----
- ✓ Magali Isabel Sebastião Amador – Comunica que, por motivos profissionais, não pode estar presente na sessão ordinária da A.M de 22 de Dezembro de 2014;-----
- ✓ Presidente da Câmara Municipal de Bragança – Convida para a cerimónia de abertura da Norçaça, Norpesca e Norcastanha.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Vou de seguida só ler duas cartas, se me permitem ler. Uma é do projeto PAN (Projeto Arte Natureza).-----

Vimos solicitar a V. Ex.^a que se digne a dar a atenção que este projeto merece, a fim de se poder concretizar num futuro próximo. -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** A Sr.^a Dra. Maria Adília Fonseca escreveu uma carta sobre o que se passou, para constar da ata desta assembleia, que passo a citar:-----

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Peço a V. Exa. Que, ao abrigo do direito ao bom nome, leia aos Senhores Deputados Municipais a presente carta, que vem na sequência de ter sido visada na ata n.º6, do dia 27 de junho de 2014. O que me respeita encontra-se registado na página 23.

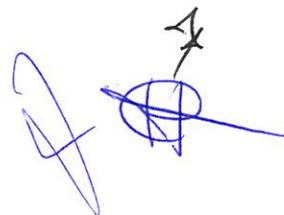
Refere-se claramente a mim a passagem que transcreve: “ Uma senhora que chegou aí (...) a elite pensante que quando é para promover os seus trabalhos científicos diz que é de Torre de Moncorvo, mas quando a Câmara não lhe quer editar as coisas já diz que é de Braga”.

Chamo-me Maria Adília Bento Fernandes da Fonseca, tenho o cartão de cidadão n.º 1778780, nasci no concelho de Torre de Moncorvo e residi, durante décadas, na Praça Francisco Meireles, desta vila. Vivo, atualmente, em Braga.

Sou doutora em História, investigadora da Universidade do Minho, em pós-doutoramento na Universidade do Porto e diretora/coordenadora e autora dos seguintes trabalhos sobre o concelho de Torre de Moncorvo:

- *Revista dos Antigos Alunos do Ex – Colégio Campos Monteiro – 2005 e 2006;*
- *Revista Campos Monteiro: história, património, cultura – 2007 a 2009;*
- *Revista CEPIHS – 2011 A 2014;*
- *De Asylo a Fundação: 100 Anos de um Agir Solidário em Torre de Moncorvo, 2009;*
- *História da Primeira República em Torre de Moncorvo (1910-1916), 2010;*
- *Percursos de Razão e Afetos – Homenagem aos Professores Maria da Assunção Carqueja e Adriano Vasco Rodrigues, 2011;*
- *Memórias do Visconde de Vila Maior/Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2014;*
- *O Recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1814) – Clausura e destinos femininos (no prelo).*

No total, são 14 os trabalhos da minha responsabilidade, tendo colaborado em outros 6:3 da autoria de Maria da Assunção Carqueja, 2 de Adriano Vasco Rodrigues e 1 de José Ricardo.



Abstenho-me, por razões óbvias, de aludir aos inúmeros artigos sobre a região insertos em publicações científicas e aos documentos, de grande valor histórico, que de forma generosa vou depositando no Fundo Adília Fernandes. Integra o Arquivo Histórico de Torre de Moncorvo e está disponível para consulta por parte de outros investigadores.

Sou fundadora, juntamente com o Senhor Professor Adriano Vasco Rodrigues, do CEPIHS (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social – Trás-os-Montes e Alto Douro), com sede em Torre de Moncorvo e ao qual presido.

Informo, ainda, que integro o Conselho de Benfeitores da Fundação Francisco Meireles, desta vila.

A atividade que descrevo obriga-me, naturalmente, a frequentes deslocações a Moncorvo.

Por todas as considerações expostas, não me espelho, em absoluto, no perfil das afirmações inscritas na ata supra citada.

Ao entender que a obra projetada e a desenvolver no Castelo e, em particular, na muralha, não acautelava, devidamente, o que hoje se considera uma adequada intervenção num imóvel classificado, tomei um posição pública numa das minhas idas a Moncorvo. Como filha da terra e cidadã responsável, assumi os deveres de qualquer cidadão na defesa e salvaguarda do 'património classificado, como o de Torre de Moncorvo. Na tentativa de compreender os trabalhos que estavam a ser executados na muralha e face à ausência do Sr. Presidente da Câmara e à recusa do arqueólogo que se encontrava no Castelo em falar comigo, contactei e alertei as instâncias responsáveis para o que se estava a passar. Fui abordada, de seguida, por um estagiário do arquivo, qualidade que me dispensou de ouvir suas explicações.

Pretendo, como pretendia então, que a intervenção na Castelo, e outras que possam vir a decorrer, cumpram todas as normais legais em vigor, evitando eventuais danos ou crimes contra o património.

Permita-me a seguinte reflexão: as matérias incluídas em atas de organismos institucionais constituem objeto investigacional, de que são exemplo duas das minhas publicações, respetivamente, sobre a I República em Torre de Moncorvo e sobre o Asilo Francisco Meireles.

Enquadro, nas preocupações acima registadas, a recente demolição de duas casas na Rua António Prior do Crato. Dado o seu valor histórico, é do maior interesse saber-se o que motivou esta ocorrência e se está assegurada a preservação da casa que é, tradicionalmente, atribuída a Violante Gomes, também conhecida como Pelicana, mãe do Prior do Crato.

Com os melhores cumprimentos e respeitosamente,

Maria Adília Bento Fernandes da Fonseca.”

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Não sei se algum dos senhores deputados quer intervir neste assunto. Já recebi 2 moções assinadas pelo Sr. Deputado António Manuel Lopes, mas é lógico e justo que estando ele presente nesta Assembleia, seja ele a apresenta-la. Senhor Deputado, quando quiser.-----

-----**Sr. Deputado António Manuel Lopes:** Agradeceu ao Sr. Presidente, cumprimentou os presentes e procedeu à sua leitura. A 1.ª Moção que eu trouxe, peço perdão, fiz um pequeno texto e vou lê-lo: “ No próximo 9 de abril, 150 anos após o nascimento de Abade Baçal, 1865 e 80 anos após a morte de Abade Tavares, este em 1935. Estas datas, especialmente a 1.ª creio que não passará em branco às instituições da capital do distrito, especialmente ao Museu Abade Baçal, mas também me parece que será um ano em que o Concelho de Torre de Moncorvo pode marcar na agenda cultural um escrito com atos que podem especializar atos de cultura e o património material e imaterial do Concelho. Nesse sentido venho propor que durante o próximo ano se realize uma grande jornada de inovação no concelho que pode ser apelidada de jornada do património, convidando estudiosos na matéria e desta forma espero

que possam surgir parcerias/sinergias fazendo avançar alguns projetos que me parecem ser importantes para a Vila e que o executivo também tem em mente. A título de exemplo lembro a história do espólio de Abade Tavares. Eu queria aqui deixar ainda um post escrito sobre esta moção que é a seguinte: eu sei que o Sr. Presidente vai com certeza trazer o espólio de Abade Tavares para Moncorvo, portanto e eu queria deixar já aqui uma proposta que é a seguinte: Que este espólio passe, seja modelizado digamos assim, fosse para Carviçais, todas as razões que me parecem óbvias. Eu bem sei que ele lutava pelo Museu de Arqueologia aqui em Moncorvo, mas os tempos também eram outros e na altura pronto, é incomparável aos tempos de hoje. E dizia aqui outra coisa, inclusivamente consigo, óh Sr. Presidente, que a estação da CP e eu ai sei que houve projetos para abrir o edifício. Relativamente à outra moção, não sei se o Sr. Presidente quer maçar os senhores deputados com ela, ou então eu só lia o Anexo que efetivamente dá uma ideia mais concreta do que é que se passa. -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Eu li atentamente essa moção, que me fez chegar antes desta reunião. Acho que faz todo o sentido que ela seja distribuída em suporte de papel e gostaria que fizesse uma pequena apresentação do que é a moção consiste.-----

-----**Sr. Deputado António Manuel Lopes:** Relativamente a isso, aquilo que eu tenho a dizer é o seguinte basicamente: Esta ideia já surgiu do lado de lá. Nós estamos numa zona de fronteira da Raia, acho que é uma potencialidade que nós também devemos aproveitar. Quem está no Litoral não pode fazer essa potencial transfronteiriça. Nós temos essa potencialidade e acho que a devemos fazer valer. Mas neste caso também nas minhas relações pessoais conheço de facto o lado de lá da Raia, onde se desenvolve uma atividade que chamam de, é uma atividade de cultura onde se juntam escritores, pintores, escultores e fazem aquilo numa aldeia, que é isso que me agrada. É uma coisa minúscula. Não têm grandes edifícios mas fazem naquilo que têm e pronto. E penso que isto também era importante para as nossas aldeias, que elas estão já desvalorizadas, e estão abandonadas. E que seria uma forma também de chamar à atenção para isso mesmo. Daí que aproveitando esta potencialidade, eu propunha ao executivo que me apoiasse neste meu projeto que se tentaria fazer uma "preparação" transfronteiriça que chegue às pessoas. Não aquelas coisas transfronteiriças a nível comunitário, etc..., que nós conhecemos nos jornais, mas não, isto é uma coisa pequena mas que efetivamente pode chegar às pessoas e pode chegar, desenvolver também o seu nome. Pronto, basicamente seria isso.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Não sei se alguém tem mais alguma moção.-----

-----**Sr. Deputado Francisco António Roque Braz:** Cumprimentou os presentes e relativamente ao projeto apresentado aqui pelo meu conterrâneo de Carviçais tenho a informar que, como Presidente da Junta de Carviçais, terei todo o gosto em ceder as instalações. Não poderá ser a estação porque essa está metida num imbróglio, de certa forma, entre a CP, REFER e a parte das Estradas, que eu tive a oportunidade de reunir com os responsáveis pelas empresas. É muito interessante que o museu do Abade Tavares seja em Carviçais. Parte do espólio já nos foi "levado". E vamos diligenciar para que o que nos foi levado nos volte a ser devolvido. Agora o termo cedência das instalações não inclui um local, mas sim acordar um local com as entidades competentes, e a Junta de Freguesia estará sempre disponível para tudo.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, quanto a isso não sou propriamente historiador mas como Presidente da Assembleia acho que tenho uma coisa a dizer. O que se passa é o seguinte: eu tenho conhecimento que o Abade Tavares queria fazer um Museu Municipal em Torre de Moncorvo, mas foi o Abade Tavares que entregou ao Seminário todo o seu espólio. Quer dizer que a vontade de Abade Tavares foi que o espólio fosse entregue ao seminário,

embora houvesse uma intenção também de fazerem todos um Museu Municipal. Posto isto, eu acho que Moncorvo tem o dever de trazer para cá todo o espólio que foi entregue ao seminário, mas não podemos diminuir o papel que a diocese teve na conservação do espólio de Abade Tavares. O que eu entendo relativamente a isto, é que é possível executar a vontade de Abade Tavares colocando o seu espólio em Carviçais, ou onde seja no concelho de Moncorvo. O que ele diz explicitamente é que dado não haver um museu municipal, se faça um museu diocesano, e corrijam-me se eu estou em erro. Ora, o museu diocesano pode ser feito em qualquer local da diocese e faria todo o sentido, relevando todo o papel que o Seminário teve, relevando o papel que a diocese teve, mas fazer ao mesmo tempo o museu diocesano e também o museu municipal em Moncorvo, sobretudo nesta altura que passam 70 anos sobre a sua morte.

-----**Sr. Deputado António Júlio Sá Andrade:**-----

Em relação a isso eu não tenho nada contra mas gostaria de conhecer melhor essa proposta. Posso dizer que quando se criou o Museu do Ferro, ele foi projetado para se instalar numa casa dos antigos escritórios da Ferrominas e fazer núcleos museológicos descentralizados pelo concelho: o núcleo dedicado ao Barro em Felgar, o núcleo dedicado à Cera em Felgueiras e pensava-se depois na parte da Arqueologia em Carviçais e Adeganha. Bom, as coisas alteraram-se e trouxeram para aqui a parte da Adeganha, a parte mais importante do concelho como se pode ver. Agora, sobre o Abade Tavares, não sei mas pelo que me parece o espólio está no seminário, não o conheço e não sei que valor tenha para se fazer um museu. O grande espólio conseguido por Abade Tavares está em Lisboa no museu nacional de arte antiga. Lá é que estão os 7 berrões que ele despachou pelo comboio remetidos ao Dr. José Leite de Vasconcelos, com quem mantinha estreita ligação. Essas estátuas sim são importantes. Se quisermos ver algo do género temos de ir ao museu de Vila Flor. Penso que isto de museus tem de ser muito bem pensado e não tomar decisões de ânimo leve. Facto é que muito se bateu pela criação de um museu em Moncorvo. Deduzo que o não conseguiu fazer por causa das politiquices da altura mas a vontade dele era fazer o museu aqui em Moncorvo.

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Muito obrigado Srs. Deputados. Subscrovo a proposta do deputado. Confesso a minha ignorância e acho que o executivo também não terá conhecimento para executar esta tarefa. Mais alguma questão que prevaleça?-----

-----**A Assembleia tomou conhecimento.**-----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Manuel Lopes** (PS).-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Senhores deputados, não costumo fazer intervenções de fundo mas acho que esta ocasião proporciona-o. Com esta sessão concluímos o 1.º ano de legislatura. Não sendo tempo para um balanço final será contudo altura para olhar o passado e encarar o futuro. Recentemente foi objeto de uma crónica no Expresso o tema dos poderes e competências das assembleias municipais. Nada de novo se viu nesse artigo de opinião. Os ditos poderes e competências estão claros na lei e regulamentados no regimento desta assembleia e nenhum deles deixou de ser exercido, soberana, ativa e livremente por todos os membros deste órgão autárquico. Analisamos periodicamente a atividade municipal, elegemos os representantes, aprovámos o orçamento e a conta de gerência, pronunciamos-nos sobre os assuntos de interesse dos cidadãos eleitores, quer indiretamente, nas intervenções de antes da ordem do dia, quer diretamente no período de intervenção do público, como aconteceu na Lousa onde decidimos reunir-nos descentralizando o poder que nos foi entregue e promovendo a aproximação eleitos/eleitores bem como a aproximação às populações que aqui estão

representadas. De tudo isso foram lavradas e aprovadas atas que são públicas e que falam por nós. Aperfeiçoámos o regimento e afirmámos as vozes, vontades e direitos quer da coligação que apoia o executivo municipal, quer igualmente da oposição cuja importância aqui foi reclamada e com razão. A meu ver é mais do que importante, é fundamental. Esta casa é o fórum municipal que fala em nome de todos e cada um dos munícipes eleitores do nosso concelho. Deverá por isso, de olhos no futuro, a meu ver e se os Srs. Deputados também assim o entenderam, ser olhada pelas forças que agem e interagem com o poder municipal, exatamente nessa medida e circunstancia. Não devemos, não podemos, nem queremos substituir-nos ao executivo. É à câmara que compete traçar as linhas programáticas de atuação municipal e interagir com os agentes e interesses com quem o município se relaciona. Mas deve ser, a meu ver, a esta Assembleia que esses agentes se devem dirigir sempre que a sua atuação condicione de forma mais acentuada na vida dos cidadãos. Dou dois pequenos exemplos para que esta afirmação saia do âmbito teórico e possa ser mais facilmente apreendida e criticada pelos Srs. deputados municipais: quer a MTI explorar o ferro de Moncorvo. Deverá obviamente aproximar-se do executivo e expor-lhe o seu projeto, negociar eventuais facilidades e propor as adequadas contrapartidas mas deveria, junto da Assembleia Municipal e através dela, mostrar o que esperam os munícipes da sua atividade, quer de impacte ambiental, quer na expetável variação positiva do nível de emprego concelhio; Está pronta a barragem do Baixo Sabor. Todo o processo foi conduzido junto e com a Câmara Municipal mas agora vai entrar em funcionamento fechando assim uma fase irreversível deste enorme projeto, deveria dirigir-se aos moncorvenses, através da Assembleia Municipal para explicar como a produção hidroelétrica vai afetar as suas vidas. Talvez assim possamos ouvir não só a explicação da configuração pouco habitual de duas barragens seguidas, tão próximas e o seu funcionamento mas também que benefícios teremos no futuro por tanto incómodo, perturbação e uso dos nossos mais preciosos recursos. Talvez possamos, de viva voz, entender porque os cidadãos de Moncorvo e a EDP vem sequestrar a água, as margens, o património e o ambiente do rio Sabor e é aos cidadãos de Évora que oferece as vantagens tecnológicas e económicas do projeto Smart Grid. Entendo e suponho que aos Srs. Deputados também, que não é só na Câmara que devem nascer projetos municipais de interesse e relevo para a população aqui representada. É certo que o orçamento que já era curto foi reduzido para o próximo ano, mas não duvido que o executivo acolherá com agrado as propostas que aqui nascerem e lhes dará a devida retaguarda orçamental ou que reverá, adequadamente, as verbas à disposição deste órgão. Refiro-me essencialmente a projetos de cariz cultural, mas não só. Também eles qualidade e, estou certo, não deixarão de ser executados pela Câmara, diretamente, por delegação ou subcontrato. Concluem-se este ano 70 anos sobre a publicação da Biblioteca de Babel, uma das obras-primas de Jorge Luís Borges que, no meu modestíssimo entender, abriu caminhos para o fabuloso e reconhecidíssimo Aleph. Moncorvo não pode deixar de comemorar este acontecimento, condignamente. Como não pode deixar de comemorar os 80 anos da morte de Abade de Tavares que se completam a 10 de abril de 2015. Seria a meu ver, muito interessante e útil para o município a Associação aos 150 anos do nascimento de Abade de Baçal que se completam no dia anterior, a saber, a 9 de abril de 2015. Em 2016 (a 14 de junho), completam-se 30 anos sobre a morte de Jorge Luís Borges. Sei de outros projetos, desde centros de conhecimento, a valorização do meio-ambiente e turismo que urge pôr em andamento para que entrem nos carris e cheguem a bom porto em tempo útil e adequado aos interesses dos cidadãos. Será com gosto que verei os Srs. deputados trazerem a esta casa projetos, sejam eles próprios ou de outrem mas que, no seu entender sejam de interesse concelhio. Está aí o Portugal 2020 e nele terão cabimento todos os projetos de qualidade.-----

-----**Sr. Deputado, António Manuel Lopes:** É só mesmo para acrescentar o que já disse. Eu não sou fundamentalista a acreditar que a agricultura resolve todos os nossos problemas e não

acredito também na zona transfronteiriça mas parece-me que este conjunto de coisas pode ser que venham a amenizar os problemas.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Mais alguma intervenção? Estas propostas dirigem-se ao executivo, mas eu peço ao Sr. Deputado António José Sá Lopes que as faça chegar a quem de direito. Vamos então à votação das duas moções de António José Sá Lopes. A 1.ª delas diz respeito à realização de uma jornada. Votação: Aprovada por unanimidade. A 2.ª acho que efetivamente esta assembleia deve recomendar ao município que olhe atentamente para o projeto apresentado pelo Sr. Deputado e que depois tenha uma conversa com ele. Alguém vota contra? Alguém se abstém?-----

-----**Sr. Deputado António Manuel Lopes:** Mas peço desculpa, isto é uma recomendação à Câmara? -----

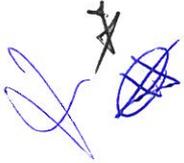
-----**Sr. Presidente de Mesa:** Sim uma recomendação à Câmara Municipal. Esta assembleia obviamente não vai aprovar este tipo de projetos. Votação __. Sr. Presidente, não havendo mais intervenções se pudesse de alguma forma falar sobre estes assuntos.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Obrigado Sr. Presidente e Srs. Deputados, esperemos que 2015 possa ser um ano efetivamente marcado pela cultura no concelho de Torre de Moncorvo. Quanto ao espólio de Abade Tavares que existe no seminário, existe uma carta interessantíssima e que vai para além de dizer que foi uma politiquice que não permitiu que o espólio tivesse um museu aqui em torre de Moncorvo, ele refere também uma coisa, uma coisa curiosa que era, que a pior coisa que lhe podiam fazer era que fossem entregar o seu espólio no Museu Abade Baçal. Dizia ele que foi professor de arqueologia e que portanto deveria também ele ter o seu espólio. E andaram ali uma série de anos, aliás, numa carta que ele escreve, ao então Bispo de Bragança, o que mais lhe pede é que seja criado um conselho no seminário para haver esse espólio e esse Museu mas que não entregassem a Abade Baçal. A câmara municipal já fez uma série de reuniões e está neste momento a decorrer, sob proposta da câmara, a hipótese da musealização do espólio de Abade Tavares vir para Moncorvo. O que eu lhe pedi, é que fosse o mais rápido possível para podermos comemorar os 80 anos, e nesta fase e não lhes posso dizer mais que isto. Quanto às comemorações dos 30 anos da morte de Jorge Luís Borges, como sabem, ainda no fim-de-semana passado recebemos o Sr. Embaixador da Argentina ao qual foram abordados os termos da minuta que juntamente com a Universidade de San Martin, na Argentina poderemos fazer consultas à ascendência de Jorge Luís Borges. Portanto esse estudo irá começar em janeiro e terá como prazo de 3 meses no início, prorrogado por igual período, ou seja, temos 6 meses para fazer esse estudo. Já apresentamos algumas propostas e irá no início do ano com todos os nomes que eu próprio indiquei, como fazendo parte dessa comissão. Estamos só há espera que eu possa falar com o Sr. Reitor da Universidade. Já tinha tido contato com a Junta de Freguesia de Carviçais para ver como iríamos incluir no próximo ano. Não sabemos ainda muito bem a data.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Vamos ver como conseguimos fazer. Entretanto o representante da comissão de trabalhadores chegou para tomar posse do Conselho Municipal de Segurança.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** __

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Quanto à carta não tenho grandes comentários a fazer até pelo seguinte: independentemente dos currículos e dos trabalhos e azares, eu penso que o melhor que se pode ter é bom senso e quando temos bom senso, o curriculum fala por nós próprios quando temos de apresentar curriculum para falar do quer que seja, penso que



alguma coisa falha. Portanto acho que falta aqui algum bom senso no que está ai expresso, na carta. É um processo que está na Direção Regional da Cultura do Norte, acompanhado pela Direção Regional da Cultura do Norte com um projeto que será entregue na Direção Regional da Cultura do Norte e queria dizer só isto, todos os argumentos que foram utilizados aqui para o Castelo são tão falaciosos que vai ser o Diretor da Direção Regional da Cultura do Norte a inaugurar a obra. Eu não estou aqui para dar o que quer que seja e limito-me a dizer que o bom senso é o que impera nestas situações.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Muito obrigado Sr. Presidente.

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Vamos interromper 5 minutos.

----- 2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Alves Salema (PS)** e **Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS)**; -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** O relatório que vos apresentamos para melhor sistematização e também para melhor compreensão de todos os dados, foi emitida em 3 partes por cada um dos gabinetes dos Vereadores e representam de alguma forma aquelas atividades que o executivo entendeu que seria de bom-tom realçar. Portanto é exatamente o que está ai plasmado; se repararem ai na continuação do que eu próprio coloquei em termos de atividades relevantes, fiz referência à exposição alusiva à Vida e Obra do Visconde de Vila Maior, fiz também referência à Homenagem aos combatentes que participaram na 1.ª Guerra Mundial e também apresentação da Revista Cephis. Para verem que não há qualquer animosidade por parte da Câmara Municipal e até todos os trabalhos apresentados de alguma forma têm o apoio desta câmara. Gostaria de realçar em termos de uma outra situação financeira do Município e pedir-vos desculpa por só hoje, ter sido entregue mas tenho uma razão, é que dia 19 foram as datas dos pagamentos dos vencimentos e portanto, dia 18 tirou-se o extrato de todas as condicionantes até aos pagamentos de curto, médio e longo prazo. E aqui gostaria de referir o seguinte: na reunião que tivemos na Lousa em setembro deste ano os empréstimos foram de 15.340.934€. O esforço que fizemos permitiu-nos uma redução de cerca de 1 milhão e 5 mil euros; temos aqui um empréstimo a curto prazo totalmente liquidado e tivemos também cerca de 662.000,00€ a menos na dívida, o que é também um motivo de caminhar para 2015 com perspetivas de poder ter um maior investimento também no concelho. Podemos perguntar-nos aqui a diferença entre setembro de 2014 e este momento, que houve um acréscimo de 342.000,00€ (trezentos e quarenta e dois mil euros) de dívida a empreiteiros e fornecedores. Na última reunião estávamos com cerca de 815.000,00€ e neste momento estamos com mais 1 milhão de créditos. Tenho a dizer-vos que a estratégia apesar da situação financeira do município é proveniente do Estado. Até 31 de dezembro tínhamos de ter concluído 3 grandes projetos que foram aqui aprovados pela Assembleia Municipal:

1. SAMA (Sistema de Apoio à Modernização Administrativa);
2. LIT (Loja Interativa do Turismo);
3. Obras de Restauro do Castelo de Moncorvo.



Estão financeiramente concluídas e fisicamente falta no SAMA o apoio do Estado. Ou seja, tudo isto é reflexo deste aumento. Foi financeiramente puxado e estamos à espera que o Estado cumpra a sua parte que é reverter para o município as verbas que ainda não nos foram transferidas. Portanto é esta a única alteração não gostaria muito que fosse superior a 1.000.000,00€ mas se o Estado transferir até 31 de dezembro, ficaremos abaixo de 1.000.000,00€. Entretanto para vos dizer também que no orçamento do próximo ano há um acréscimo de 6%, nas transferências do Estado para o Município. -----

-----**Sr. Deputado António Alves Salema:** Bom dia a todos. Da atividade municipal desde dezembro até hoje verificamos que houve no sector da cultura várias vezes, eventos que tem alguma dimensão cultural para o dia-a-dia do nosso concelho e ainda bem. Em honra dar algum significado, para uma futura obra que é a Eletrificação Rural do Douro e o Arrelvamento Sintético, construção de balneários e cobertura das bancadas do campo de jogos municipal, Dr. Camilo Sobrinho. Logicamente será concretizado em 2015. Fazendo-se uma leitura pelos vários setores da atividade, podendo fazer uma gestão de serviços do dia-a-dia, de certa forma irão contribuir para o bom funcionamento desta autarquia.

Neste sentido registar destas movimentações, que julgo eu só serem possíveis com um quadro de pessoal motivado e capaz de dar corpo a estas atividades. Portanto eu, mas queria perguntar ao Sr. Presidente, que o que ele disse foi que estariam duas obras prontas a arrancar, que seria a eletrificação rural do douro e o campo de jogos, para quando o começa e a concretização possível. -----

-----**Sr. Deputado Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira:** Na sessão de junho falaram nos Protocolos e até hoje os protocolos ainda não foram disponibilizados aos membros da assembleia. Mais uma vez o executivo pode disponibilizar os protocolos? -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Fica o registo. Mais alguma intervenção? Vamos passar ao ponto seguinte (e aqui é interrompido pelo Sr. Deputado António Alves Salema que diz): -----

-----**Sr. Deputado António Alves Salema:** É que eu fiz uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara sobre o começo destas duas obras e a finalização.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Peço desculpa Sr. Deputado.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** A eletrificação do douro é mais significativo como é obvio, foi assinado o contrato e em principio será para começar a eletrificação do douro entre janeiro e março de 2015, tem o prazo de 90 dias para ser concluído. O prazo final era até 30 de junho mas agora como foi prorrogado através de despacho da CCRN e poderá ir até 31 de julho, todos. Fisicamente poderá ser até 31 de julho. O campo de jogos, a execução financeira começa até 31 de março e a execução física também até 31 de julho.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Estamos esclarecidos.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Entretanto, nós estivemos aqui a verificar e está resolvido esse problema.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomou conhecimento da informação escrita do Presidente da Câmara sobre a recente atividade municipal e financeira do Município.-----

PONTO 2 — RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – 2.º SEMESTRE DE 2014. -----

----- Não houve intervenções.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, a execução do plano de saneamento financeiro aprovado já em anterior mandato, está a ser cumprido conforme o técnico na altura contratado e que este executivo manteve. Realça que o município de Torre de Moncorvo tem de continuar com a gestão equilibrada e criteriosa para conseguirmos chegar a bom porto e é isso que a situação financeira reflete e é isso que juntamente com o auditor externo e com o técnico financeiro, levam as contas do município a bom porto. Não tenho muito a dizer para além daquilo que vos foi dado a conhecer. São entidades externas, a câmara municipal não põe nem dispõe e recebe os relatórios que vêm diretamente para a assembleia municipal. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º4 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, tomou conhecimento do relatório em epígrafe relativo ao 2.º semestre de 2014. -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

PONTO 3 — RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICO E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 1.º SEMESTRE DE 2014. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Alves Salema (PS)** e **Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS)**.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Este é exatamente igual áquilo que vos tinha informado, sendo certo que na conclusão vem ainda referidos os valores de (junho ou julho) como é lógico e então nós apresentamos agora para vos dar a conhecer cerca de 15 milhões de euros, aqui ainda só reflete que no total da dívida são 17 milhões e 500 mil €, o que quer dizer que já fizemos toda esta recuperação e neste momento o valor em dívida já não é o que está na conclusão, isto não nos retira que dos 3 milhões e 500 mil€ que estavam a mais no excesso de endividamento, não estejamos ainda para além desse excesso. De qualquer forma eu gostaria de vos apresentar aqui ainda neste mandato resultados muito abaixo desta linha, e é por isso que estamos a trabalhar e neste momento a conclusão como vocês podem ver que com a retirada em 18 de dezembro, já estamos abaixo. Estamos aqui em 15 milhões e meio de euros.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** O que me chamou logo à atenção no relatório foi a questão dos STOCK'S. Sr. Deputado António Alves Salema tem a palavra.-----



-----**Sr. Deputado António Alves Salema:** Portanto, quanto ao relatório do auditor externo, devo dizer também que fiquei satisfeito com a dívida da câmara. É o arrumar a casa. Estamos no bom caminho e como se costuma dizer, mas como disse num termo muito técnico que eu muito pessoalmente ___ à luz do projeto em vigor. Pode-se exemplificar mas no entanto, houve várias chamadas de atenção para que de futuro sejam alterados vários procedimentos nomeadamente tem a ver com os STOCK'S, as saídas de materiais, as despesas da câmara de armazém. Isso será um documento que servirá de base para se implementar as necessárias correções para um bom funcionamento da autarquia, portanto, não só a dívida mas as chamadas de atenção que aqui vêm neste relatório são muito importantes para um bom funcionamento da autarquia.-----

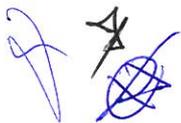
-----**Sr. Deputado Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira:** Uma das conclusões que tiro, tem a ver com ___ e tem aqui vários ___ de execução___, da dívida de ___ %. Não sei se já terá alguma capacidade a nível de execução. ___ Se já sabe quando pode avançar para a execução global.-----

- **Sr. Presidente da Câmara:** Senhores Deputados era o problema exatamente dos STOCK'S, e como o Sr. Deputado António Salema dizia, é o arrumar a casa. Dar só este exemplo, até ao momento tínhamos em termos de conteúdo e de programas de gestão 3 e só 1 funcionava. A partir de 1 de janeiro vamos passar a funcionar com 17, sendo que o mais importante e dos 236 mil € que investimos aqui no SAMA, é mesmo esta gestão de STOCK'S. A partir deste momento vamos saber gerir estas situações. Para sabermos quantos metros de tubos é que entram e saem do estaleiro, tudo isto será controlado. Agora, para nós também é difícil dizer-vos o que é que entra e o que é que sai, como é óbvio. Ainda estamos habituados às contas, não é que são do século passado, é de 2 ou 3 séculos passados, é mediante o que se vai fazer, que objeto é que se tem em vista, encomenda-se, sai e não conseguimos. Dia 1 de janeiro vamos ter a gestão de custos e de STOCK. A partir desse momento, não temos mais desculpas, se bem que este relatório se o leram com atenção, tem mais a ver com aspetos de pormenor. Dúvidas que durante anos e anos eram calcular os determinados custos e determinar as rúbricas. Uma das situações era esta: Nós muitas vezes tínhamos dinheiro que podia ser recebido do ano financeiro em curso ou se era recebido a 2 ou 3 de janeiro. Aí a contabilidade lá em baixo dava entrada a esse dinheiro com receita. Ora, o que se deve fazer é que deve dar entrada no ano em que foi recebido mas fazer referência também no ano anterior. Não era costume a nossa contabilidade utilizar esses métodos. Portanto estamos agora a iniciar isto tudo mas, a gestão de custos, sem dúvida, é o principal problema e é aí que temos que atuar e assim irá tudo resolver-se. Quanto à execução global do orçamento, era 23 %, depois estávamos em 56. Agora acabou a entrada e o fecho de capital, para o fecho de projetos e também para o fecho de candidaturas. Eu aponto que andaremos a rondar uma execução de 83%. Ainda não tenho esses dados, vamos começar a reunir a partir de amanhã e ver toda essa situação. -----

- **Sr. Presidente de Mesa:** Alguma intervenção? -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, tomou conhecimento do teor do documento em questão.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----



PONTO 4 — XII MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO ANO 2014 – 3.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS. -----

----- Não houve intervenções.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Senhores Deputados, este é o orçamento possível, é o orçamento que ainda tem algumas situações a rever é verdade; houve um aumento de 8% deste orçamento que (é interrompido por um deputado a seguir).-----

-----**Sr. Deputado __:** Desculpe lá o 4º Ponto é a modificação...-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Peço desculpa. A revisão era meramente informal. Na reunião de camara fez-se esta revisão, e pediu-se o parecer à DGAL para saber o nome correto e é entendimento dos serviços de que como não há aumento nem diminuição da rubrica e não há alteração da própria rubrica, não seria necessário uma revisão. Deveria ser só, o que o executivo deveria fazer, alterar. Claro que se esclarecemos e nós trouxemos à Assembleia Municipal para nos dar autorização desta, penso que será correto a finalização do processo. Como era entendimento e não tem nada a ver com números, não tem nada a ver com valores, só tem a ver com o nome.-----

- **Sr. Presidente de Mesa:** Alguma intervenção? Proceda-se à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a XII Modificação ao Orçamento, que se consubstancia na 3.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2014.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

PONTO 5 — DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2015 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2015 E MAPA DE PESSOAL PARA 2015. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS)** e **António Alves Salema (PS)**.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Este orçamento é o possível, acho que um aumento de 8% na receita, isto deve-se exatamente aquilo que eu vinha a falar, 6% que o Estado nos garantiu a mais. Tenho a dizer-vos que desde 2004 tem sido sempre a retirar, este ano tivemos um aumento de 6% e tivemos também 2% aqui que são as previsões de 2 investimentos que estão dados em protocolos para iniciarem em 2015. Nós tivemos em crer que com as previsões de 2014 e esses valores serão a receber pelo município para o ano 2015. Está aqui previsto as



contra partidas, não sabemos se vai acontecer como em 2014 se tudo correr bem. A nossa previsão aqui é de alguma forma trazer maior celeridade a alguns acordos com as juntas de freguesia. Portanto, o que hoje peço aqui, vocês que tiveram oportunidade de ver as declarações de voto que foram feitas no executivo, o que eu peço aqui é a possibilidade, quanto à dívida que também ainda está por pagar, está contemplada, não há aqui qualquer tipo de situação que nos privilegiasse ou prejudicasse em termos do Rating de transparência, mas pelo contrario, o que temos aqui é o que efetivamente se passa. Este é um orçamento técnico e é um orçamento técnico de acordo agora com as novas regras que temos em termos de financiamento, se repararem em termos de receitas e despesas temos ai 1 milhão e 900 mil, o que é que é? É a média que o município se comprometeu a pagar. Pela 1.ª vez isso está a acontecer. As cotações médias não eram refletidas desta forma, neste momento as obrigações estão refletidas no orçamento. Ai, no orçamento poderia ser de 16 milhões perfeitamente, se não tivéssemos 1 milhão e 900 mil refletido e que nos faz em termos de estatísticas subir o orçamento. Por isso eu pedia é que alguma questão legal que os senhores deputados querem propor, a Dr.ª Andreia poderá esclarecer. -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Quer responder agora ou só no final?-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Não, não, não, no final.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Alguma intervenção? -----

-----**Sr. Deputado Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira:** Gostava de saber qual é o impacto das contrapartidas das eólicas, se efetivamente esses contrapartidas têm de ser retiradas, qual é que é o impacto no orçamento para corresponder a esse valor, como é que vai fazer? Qual será a sua visão. -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado, António Alves Salema.-----

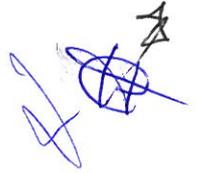
-----**Sr. Deputado António Alves Salema:** No plano começamos por explicar que o mesmo se encontra condicionado por providências cautelares dá continuidade ao plano financeiro em curso e há entrada em vigor em 1 de janeiro de 2014 da nova lei das finanças locais que veio apontar ainda mais o financiamento aos municípios isto é hoje é verdade, como no passado. O Governo veio tirar ainda mais as finanças das autarquias locais impedindo-os assim de concretizar obras de alguma dimensão, como por exemplo o parque, e outros. Não podemos esquecer que nos próximos anos de 2015 a 2020 haverá novos financiamentos e devemos preparar-nos para os próximos 5 anos. Nesse sentido gostaria de deixar aqui uma indicação e volto a dizer: "porque a casa deve ser arrumada o mais depressa possível, sob pena até de alguns protestos das populações não ser compreendida, e talhar tudo com alguma segurança mas com coragem". Que se faça esse caminho e que nos preparemos para os desafios que ai vêm. Hoje temos que ter uma maior sensibilidade para os problemas que a sociedade atravessa, com especial atenção para a 3.ª idade e para os jovens que não são capazes de arranjar trabalho. Vivemos numa sociedade cheia de incertezas e com graves condições de subsistência. Essa é que é uma realidade. Precisamos todos a estar atentos a certas situações que vão aparecendo entre nós, os idosos, e as fracas condições humanas em que vivem muitos deles, são fatores que nos devem preocupar a todos porque neste orçamento não vejo rubrica essencial nestes 2 assuntos que são importantes para mim na sociedade portuguesa.---

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Alguma intervenção?-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Começando pela ordem das eólicas, Sr. Deputado, o que eu lhe propus e vou propor é simples, é que se eu imputo 3 milhões e 750 mil € de receita e não



recebo, tenho de ser correto quer com o executivo quer com a assembleia municipal, quer com os cidadãos e ter a humildade de vir aqui propor uma revisão e assumir a responsabilidade. Agora, se me disser assim: Qual é a sua visão para as contra partidas do que foi as eólicas? Eu simplesmente poderia dizer isto: o mesmo que fiz durante o ano, pagar as dívidas com as contrapartidas que as eólicas nos trouxe. Como é que o Sr. Deputado acha que foi adquirido o terreno para fazer o pseudo – parque de campismo? Como é que o Sr. Deputado acha que foi adquirido uma série de situações aqui no município, como foi viabilizado o dinheiro que entraram das eólicas. É o que temos feito este ano, é pagar aquilo que ainda não se recebeu. Mas existe ainda uma outra contra partida, um acordo onde está estipulado que, se a empresa ficar com a exploração eólica e se tiver de pagar IMI, que já constava lá esse acordo em meio milhão de €, que a câmara em protocolo decidiu perdoar. São estas as contra partidas. As contra partidas é ir durante um sem número de tempo, 150 000 ser retirado ao município que iria receber para pagar de IMI à própria empresa. Estas são as contra partidas que foram anunciadas. Foram anunciadas também aquisições de terrenos que custavam 7500 € de manhã e 75000 € à tarde. Isto é público. É só fazer a história desde que apareceram as propostas até agora. Portanto, o que nós vamos fazer é muito simples, é isto; dos 3.750.000 € que hão – de vir, as eólicas são um investimento de 72 milhões de € para a região. Durante 7 anos tem a criação de 20 postos de trabalho também e tem uma contra partida. O problema é depois desses 3.750.000€ as pessoas pagavam IMI. Então, que forma é que tínhamos para fazer isto. Se quer dizer, vou criticar o anterior executivo? Não, não critico. O acordo se calhar foi o possível na altura. Crítico é fazer investimento sem ter cá o dinheiro das contrapartidas. Portanto, neste orçamento já está refletido aquilo que há - de ser a contrapartida das eólicas. Vou-lhe dar um exemplo, Sr. Deputado, acabamos de pagar ao Arquiteto Souto Moura, um dos projetos da contrapartida das eólicas, que era o projeto do pavilhão. Só para ter uma ideia, foram 360.000€. A preços normais eram 11 milhões de €, mais ou menos por ai para o construir. No orçamento vai-se refletir pelos números, não se vai refletir pelos projetos. Continuamos com o projeto do parque de campismo que é essencial. O que deixamos cair foi ali foi o projeto do Arquiteto Souto Moura. Na capa deste orçamento, para não sermos prejudicados adiamos o projeto que será o projeto do Pavilhão Multiusos. Deixamos cair também o projeto das cozinhas, que eram 4 cozinhas. Deixamos cair e apresentamos este projeto que tem uma finalidade que é 1.º reabilitação da corredoura, conseguir que desde o parque das associações até à clínica, toda essa área possa ser demolida e todas sendo inseridas neste pavilhão seria uma parte onde iria estar também uma cozinha para eventos sociais. Esta parte aqui de cima é a parte das Associações do Concelho. Foi salvaguardado também protocolos que ainda existem em torno da Associação e quem explora neste momento a clínica. E esta parte será uma clínica E depois esta parte da parte social como vos disse e depois esta do pavilhão para desporto e multiusos. Portanto tudo isto integrado também na zona de implantação até ao São Paulo, e de São Paulo aos equipamentos desportivos e agrupamento de escolas. Está pensado para toda a zona verde do centro da Vila e também a possibilidade de conseguirmos de alguma forma __ o bairro da corredoura. Estamos a falar de mais de 1 milhão e 200 000 euros. Se vai ser aprovada ou não, julgo eu, depende muito de nós, depende do que conseguirmos em termos de viabilidade financeira para o município. Se nos apresentarmos como está agora, não conseguimos. Portanto, temos que arrumar a casa, no orçamento também só candidatamos projetos onde haja a garantia de participação do município em 75%. Não vamos a nenhum projeto ou candidatura que seja inferior, não temos possibilidades. E também mesmo nesses estamos a trabalhar agora com os (territórios?) de baixa densidade e que está numa luta com os municípios do Litoral, porque a ideia do Ministro do Ambiente será majorar os territórios de baixa densidade em 5% e ao mesmo tempo os do litoral, dos 85% passarem a 80%. Tenho a dizer-vos que foi aprovado em assembleia de municípios. Lisboa, Porto, Braga contestam esta decisão mas para já é isso que envolve o acordo entre todos os municípios. Portanto, este é aquele orçamento que só se conseguia chegar financeiramente, é que vamos. Na ação social, temos aqui uma série de soluções.



Ainda agora estamos a negociar para podermos ter aqui também um projeto que além de ser inovador, eu penso que poderá ter algum significado para o município, que é o município responsabilizar-se na colocação de alguns contentores e o protocolo foi assinado por uma empresa em que por cada kg (seja de recolha de calçado, de roupa), por cada kg o município recebe 0,5 cêntimos. Não é muito mas é alguma coisa e ao mesmo tempo ambientalmente, conseguimos com que as pessoas se preocupem e não deitem para o lixo ainda vem alguma coisa para o município. Temos também a atividade prevista, não só social, mas as Associações, IPSS (por exemplo do Felgar) que estavam em rutura, não conseguia um financiamento para as janelas e foi a câmara que suportou neste momento, aquela parte. Portanto estamos também empenhados fortemente na criação do centro de dia da Cardanha, e depois com outras situações que ainda não sabemos, qual é a componente nacional de todos os lares, alguns lares que foram criados foi o município que os patrocinou e continua a apoiar. O aspeto social não é só para a velhice, também é por exemplo, para as bandas, o reforço dos 8 mil e 500€ que se recebia neste momento, porque temos consciência que a representação tem de ser de alguma forma prevista. Portanto é esta a gestão que esperamos conseguir com contenção da dívida mas também estar a acompanhar a parte social. O Social vai continuar a ter um acompanhamento forte, acompanhamento da câmara municipal, também esperamos, já temos aqui o acordo delineado quanto à unidade móvel de saúde, falta-nos apenas um parecer e portanto será também uma componente. Quero dizer-vos que em termos de associações reduzimos substancialmente o apoio, à exceção da proteção civil. Na proteção civil nós queremos manter o que foi feito este ano. Uma limpeza de caminhos e acessos que nunca tinha sido feito. Insistimos bastante nesse aspeto mas eu acho que, se temos 1 projeto, um mega projeto, que é a reflorestação e reabilitação de 50 hectares, temos que ter a capacidade também de quando nos juntarmos, termos o trabalho feito, de preparação do terreno e de limpeza do terreno. Portanto, é a única parte que não sofre um corte substancial, é a proteção civil. O resto, estamos aqui a tentar que seja realista. Quanto ao ponto da situação das minas, as minas foi entregue o estudo de impacte ambiental, leiam que teve um parecer da Comissão alargado, que não foi um parecer negativo mas um parecer de correção de fatores e de valores. Das cerca de 6000 toneladas diárias, passou-se para 1000 toneladas diárias, não vamos ter já a tele – transportadora, mas há um protocolo entre a REFER, a Câmara Municipal, as Estradas de Portugal e também a LP e MTI para poder usar as sinergias, e isto foi a proposta do Secretário de Estado, do desenvolvimento local, que disse: “ Antes de implementarmos novas estruturas vamos ver o que é que temos. Depois implementa-se o que for necessário”. Então temos rodovia, ferrovia e fluvial. A grande alteração que ocorreu nestes 15 dias, e isto ocorreu porque no dia 5 de janeiro deve entrar 1 novo estudo de impacto ambiental, na ordem da comissão alargada e ter um parecer no prazo de 100 dias o que quer dizer que, a correr tudo bem e sob proposta de uma das concessionárias, no final do ano terão de ter 100 pessoas a trabalhar nas minas. Ia eu dizer, há ali pequenas situações que têm de se ver, por exemplo, desde que existiu o transporte das barcadas inicialmente desde o Pocinho até ao Porto. 1.º o minério vai ser transportado em Big Bag’s, vai ser utilizado o transporte rodoviário até ao Pocinho e no Pocinho vai começar a haver em vez de 2 comboios, 4 comboios e vai ser transportado até à Régua e da Régua é o transporte fluvial até ao porto de Leixões. Está assim neste momento, ou seja as sinergias têm de ser durante e através do que já existe no passado, estradas, linhas férreas e o rio. É assim que está. -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, mais alguma intervenção? Vamos a votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia, ao abrigo do disposto nas alíneas a e o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75.º/2013, de 12 de setembro, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou por maioria, com 23 votos a favor (14 da Coligação PPD-PSD/CDS-PP e 9 do PS) e 2 abstenções, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015, que incluem o Plano Plurianual de Investimentos, o Plano de Atividades



Municipal, o Orçamento da Receita e da Despesa, bem como o Mapa de Pessoal para 2015.

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 6 — ACORDOS DE EXECUÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E AS JUNTAS DE FREGUESIA DE CARVIÇAIS, CASTEDO, LOUSA, MÓS, E A JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE URROS E PEREDO DOS CASTELHANOS.-----

-----Não houve intervenções.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Obrigado. A Dr.^a Andreia tem de se ausentar, não sei se será mais necessária a sua presença. Penso que não, obrigada. Quanto aos acordos de execução, estes acordos de execução vão servir para as obras a realizar pelas juntas de freguesia. Todas as que estão aqui já fizeram estas obras. Portanto é de justiça que a câmara os pague. Agora, os acordos de execução que estavam previstos, não sei se se recordam, quando foi a 1.^a reunião, isto ocorre da nova Lei em fazer transferências. Para toda a gente ter conhecimento do que é que vai para cada um, fazem-se os acordos de execução. Na 1.^a reunião com estas juntas, houve juntas que quiseram um leque muito amplo de transferência de competências. Não se conseguiu aprovar e a única que veio, até se conseguiu justificar quando as entidades externas que não encarecia, pelo contrário, até de forma de melhorar a base de custos do projeto com a limpeza do campo. Eu gostava muito, sou sincero, de conseguir fazer com que as juntas todas, por um lado ninguém melhor que os seus presidentes de junta conhecem o seu território, ninguém melhor que os senhores presidentes de junta sabem quais são os locais onde é necessário intervir, portanto isso era o essencial mas não se conseguiu. A única coisa que se faz é passar para o papel as cláusulas que nós na generalidade já tínhamos aprovado em assembleia municipal. Eu não me recordo exatamente qual foi essa a assembleia municipal em que aprovamos mas, junho/julho, estamos então com 6 meses de atraso mas eu espero concluir tudo até 31 de dezembro a ver se consigo com todas as juntas pois é de justiça pagar quando se prestam serviços.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar os acordos de execução de delegação de competências a celebrar com as Juntas de Freguesia de: Carviçais, Castedo, Louisa, Mós, União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----Na altura era Presidente da Mesa a primeira secretária Cristina Trindade, devido à ausência momentânea do Presidente da Assembleia.-----

PONTO 7 — PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO DO PROJETO DO PARQUE EÓLICO DE TORRE DE MONCORVO.-----



-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS)**, **Ademar Augusto Rodrigues Alves (PS)** e **António Manuel Martins (Coligação PPD-PDS/CDS-PP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Lousa.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** esta é daquelas situações em que o estudo de impacto ambiental tem uma majoração. E o que se vai fazer neste momento é reconhecer que há todo o interesse por parte do município. Chegou-se então aqui a um acordo que seria, como que é que o município de torre de Moncorvo vai regular este projeto? E há 2 componentes: 1-º a componente municipal, do investimento feito em Torre de Moncorvo, também o investimento nos 7 anos de 20 postos de trabalho e para já o projeto social. E isto foi conseguido pela empresa que é a Islands. Além de poupar alguns terrenos, faz o melhoramento de vias nas freguesias que são afetadas, nomeadamente a Lousa, Castedo e Cabeça Boa. Depois temos um outro projeto, e este é aquele que é mais sensível neste momento à CCDR. Há muitas pessoas neste momento que vivem com fraca reforma, 200€. A empresa aceita fazer contratos individuais e pagar uma mensalidade, como complemento das fracas reformas que têm. E portanto, o município a partir daqui, juntamente com a (nome da empresa)__, isto para levarmos no dia 16 de janeiro ao Sr. Ministro do Ambiente para o projeto não ter as condicionantes da comissão alargada do douro mas ter o conhecimento deste interesse público, 1.º municipal e depois através da própria, interesse que o Estado tem na captação das energias verdes. Portanto esse também marca a favor do Estado Português. -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** alguma intervenção? -----

- **Sr. Deputado Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira:** Acerca do pagamento mensal das pessoas com baixas __.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Mesmo aqueles que são adquiridos, comprados, se o proprietário tiver uma baixa renda em termos de reforma, há essa preocupação.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Pode intervir Sr. Deputado Ademar Alves.-----

-----**Sr. Deputado Ademar Augusto Rodrigues Alves:** Bom dia a todos. Eu queria fazer só uma pergunta a respeito do parque eólico. Durante uns anos falou-se no parque eólico Felgueiras / Maçores, falaram em terreno, a empresa gostava de saber o que é que se passa sobre esse parque eólico?-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Mais alguma intervenção? -----

-----**Sr. Deputado António Manuel Martins:** Queria pedir ao Sr. Presidente, para esclarecer melhor, que eu não consigo entender de todo, esta majoração dos outros elementos. Se me pudesse esclarecer melhor, agradecia. Muito obrigado. -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Mais alguma intervenção?-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Sr. Presidente de Junta da Freguesia da Lousa essa é a proposta inicial, que é em termos de rendimentos sociais a empresa, quando se candidata tem que dar de alguma coisa à Ação Social. Para além dos outros, há uma proposta da própria

empresa em que continuará a apoiar as pessoas com rendimento mais baixo e isso está previsto logo na proposta. Quanto ao projeto das eólicas de Felgueiras/Maçores, tem uma série de condicionantes, desde logo, no fundo a Serra do Reboredo estava na zona protegida das Minas de Torre de Moncorvo. Portanto, o que está neste momento, a única que está prevista é a da Lousa, a informação que tenho é que, a partir de 2015, todas aquelas que estavam concessionadas, serão reavaliadas pois não conseguimos atingir os limites e então serão reavaliadas, esta é a informação que tenho. Só que, o ano de 2015 vai ser um ano complicado para tomar decisões. Ficamos a aguardar serenamente. -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, se não há mais questões, vamos à aprovação.---

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia aprovou por maioria, com 22 votos a favor (12 da Coligação PPD-PSD/CDS-PP e 10 do PS) e 1 abstenções, a proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse público do projeto do Parque Eólico de Torre de Moncorvo.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 8 — REGULAMENTO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO.-----

----- Não houve intervenções.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto.-----

-----O Sr. Vice- Presidente, Victor Manuel Silva Moreira, fez a introdução deste ponto.-----

-----**Sr. Vice - Presidente Victor Manuel Silva Moreira:** isto não é mais do que complementar o Regulamento que já estava feito. -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Vamos a votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar o Regulamento do Pavilhão Gimnodesportivo. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 9 — REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE.-----

-----Não houve intervenções. -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Sr. Presidente, este ponto é só para dar a conhecer, foi na última assembleia municipal. Pronunciar-se na categoria uma vez que não houve nenhuma alteração.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Não há nenhuma alteração.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

PONTO 10 — REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA; PONTO 11 – REGULAMENTO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E PONTO 12 – REGULAMENTO DE SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS.-----

-----Não houve intervenções.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara** antes das inscrições pediu que a apresentação e discussão dos **pontos 10, 11 e 12**, constantes da ordem de trabalhos fossem efetuadas em conjunto, sem prejuízo de eventuais intervenções para cada matéria específica em causa. os pontos 10, 11 e 12 são a passagem dos regulamentos que nós tínhamos para a versão que é ERSAR. A partir de 1 de janeiro de 2015 só foi verter os nossos regulamentos para a edificação que a ERSAR faz.-----

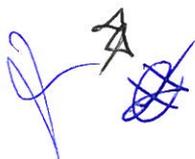
-----**Sr. Presidente de Mesa:** Alguém quer intervir neste assunto? Alguém se opõe à votação conjunta destes assuntos?-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar o Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água, o Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e o Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

PONTO 13 — PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA.-----

-----Não houve intervenções.-----



-----**Sr. Presidente de Mesa:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Foi hoje a tomada de posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança esta proposta é também para de acordo com a lei que regulamenta neste momento os conselhos municipais de segurança que o nosso estar de acordo com a lei.-

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea i) do n.º2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, deliberou por unanimidade, aprovar a alteração proposta ao regulamento, remetendo-o ao Conselho Municipal de Segurança para análise e emissão de parecer, nos termos do disposto no artigo 6.º da Lei n.º33/98, de 18 de julho, e para efeitos de posterior aprovação definitiva pela Assembleia Municipal.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

PONTO 14 — PROPOSTA DE SUSPENSÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS)**.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Esta proposta foi levada a reunião de câmara pelo seguinte: o conjunto dos proprietários dos bares e também de cafés após os 30 dias que lhe estavam permitidos para consulta pública fizeram chegar à camara municipal uma proposta com os dias específicos de outras festas e que tem algum impacto económico nomeadamente, o dia do Halloween, o dia da feira medieval, o feriado municipal, o carnaval e penso que só esses. Entretanto pedimos também ao Sr. Comandante da GNR para nos dar algumas indicações sobre a segurança e horários e também ele nos fez chegar algumas propostas e por bem entendemos que deveria ser vertido para não andarmos sempre com autorizações. Na reunião de câmara decidiu-se suspender por 6 meses pelo seguinte: veio-nos agora a proposta, depois a consulta pública, em princípio que 3 meses chegavam, mas há alterações nessa própria consulta pública.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Algum dos Srs. Deputados quer intervir?-----

-----**Sr. Deputado Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira:** Pelo que eu percebi o regulamento é suspenso para se alterar e passa a vigora o anterior é essa a alteração. É essa a questão.-----



-----Sr. Presidente de Mesa: Votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para suspensão do regulamento em vigor pelo período de 6 (seis) meses, mantendo-se em vigor o regulamento anterior. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 15 — DESIGNAÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CADA PARTIDO COM REPRESENTAÇÃO NA MESMA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE. -----

-----Não houve intervenções. -----

-----Sr. Presidente de Mesa: Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto.-----

-----Sr. Presidente da Câmara: Sr. Presidente, aqui também é para vermos a nossa atenção de acordo com a Lei, é necessário no Conselho Municipal da Juventude em que um dos partidos tenha um representante; desse modo a Assembleia Municipal poderá indicar 3 representantes:-----

- João Augusto Leal Leonardo (PPD/PDS);-----
- Luís João Fernandes Dias (CDS-PP);-----
- Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS)-----

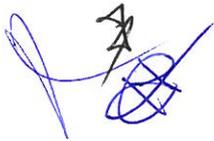
-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou indicar como representantes da Assembleia Municipal os acima identificados. -----

PONTO 16 — INDICAÇÃO OU RENOVAÇÃO DE MANDATO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRE DE MONCORVO. -----

-----Não houve intervenções. -----

-----Foi apresentada uma lista consensual e representativa dos grupos municipais com assento na Assembleia Municipal.-----

- Magali Sebastião Amador (PS);-----
- António Manuel Lopes (PS);-----



- Maria Helena Pereira de Sousa Bernardino (Coligação).-----

-----**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto, aprovar a lista apresentada para os representantes da Comissão Alargada da CPCJ de Torre de Moncorvo com 21 votos a favor e 4 votos em branco.**-----

PONTO 17 — PETIÇÃO SOBRE A RESTRUTURAÇÃO DO FERIADO NACIONAL DO 1.º DE DEZEMBRO. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PPD-PDS/CDS-PP) e **António Manuel Lopes** (PS).-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Deu a palavra aos Srs. Deputados.-----

-----**Sr. Deputado Luís João Fernandes Dias:** (...) é uma questão, gostava que me ajudassem já agora que participassem nesta discussão.-----

-----**Sr. Deputado António Manuel Lopes:** (...) Foi uma data que efetivamente marcou (...) e dizem os historiadores (...), portanto nós também exigimos uma data histórica (...).-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Está dado o conhecimento aos Srs. Deputados; os que quiserem assinar a petição façam favor de deliberar.-----

-----**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

PONTO 18 — SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DO NORTE DE PORTUGAL. -----

-----Interveio neste ponto a Eng.^a Viviane. -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Gostaria de passar a palavra à Eng.^a Viviane, Eng.^a Ambiental do município, para nos fazer uma breve exposição.-----

-----**Eng.^a Viviane:** Bom dia, portanto está em curso a reestruturação do Grupo Águas de Portugal. Neste momento a entidade gestora em Alta em de torre de Moncorvo é o Grupo Águas de Trás os Montes que vai fazer parte do grupo Águas do Norte que resultou da fusão de várias entidades gestoras em Alta. Não só as Águas de Trás os Montes, Águas Douro e Paiva e todas as entidades estão a prestar serviços em alta aos municípios. Foi posto em discussão pública o Decreto-Lei, a proposta de Decreto-Lei do Ministério Público do Ambiente da qual resultou o parecer do município que se encontra em apreciação no ponto 18. Se houver alguma dúvida estou disponível para esclarecer.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Srs. Deputados também em tempo útil conseguiu a CIM DOURO ter no fundo uma avaliação das situações da CIM DOURO no seu global e também em concreto de cada um dos municípios. O ponto onde se refere “Projeto Global do seu sistema” é da responsabilidade do município. Todos os outros pontos são da responsabilidade dos 19 municípios, ou seja, é uma forma de também de marcarmos aquilo que entendemos que é uma cooperação, é uma forma de marcarmos a nossa posição também individual. No final, tivemos um parecer positivo mas condicionado às ligações com o grupo Águas de Trás os Montes e com o concelho de Torre de Moncorvo. Portanto o que nós dizemos é basicamente isto. -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Intervenções? -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia aprovou por maioria, com 24 votos a favor (14 da Coligação PPD-PSD/CDS-PP e 10 do PS) e 1 contra, **dar parecer favorável à proposta da Câmara Municipal sobre o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal.**

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----**O Sr. Presidente da Câmara:** Aproveitar para desejar a todos os deputados 1 feliz natal, 1 feliz ano novo, que 2015 nos traga para vós e para as vossas famílias um bom ano e dizer-vos que o executivo está aqui em conjunto, porque só assim dá para realçar as palavras da assembleia municipal. Muito obrigado. Após a aprovação da minuta da ata eu queria que estivessem só 2 minutos porque o município terá todo o prazer de vos entregar uma pequena lembrança. Obrigado.-----

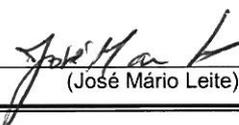
-----**Sr. Presidente de Mesa:** Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, votos de boas festas.-

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade.** -----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às **12h40m** deu por encerrada a sessão. -----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



(José Mário Leite)



1.ª Secretária da Mesa,


(Cristina Trindade)

2.º Secretário da Mesa,


(João Leonardo)